



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, SÁBADO, 2 DE AGOSTO DE 2014

# FHS e anesthesiologistas voltam a discutir dívidas

## Reunião garantiu o pagamento dos salários atrasados dos médicos

André Moreira

Andréa Vaz  
DA EQUIPE JC

O atraso no pagamento dos salários dos anesthesiologistas da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) foi mais uma vez tema de audiência pública realizada ontem no Ministério Público Estadual com a presença da secretária de Estado da Saúde, Joélia Silva Santos. A categoria espera que o problema seja solucionado na nova audiência marcada para próxima quinta-feira, 7, às 9h, na Promotoria da Saúde do MPE, dessa vez com a presença do secretário de Estado da Fazenda, Jeferson Passos. Hoje completa 82 dias e depende da quitação da dívida, no valor de R\$ 5 milhões, para a renovação do contrato com a Cooperativa de Anesthesiologistas (Coop-anest), que vende este mês.

Na audiência pública de ontem, profissionais da Cooperativa de Anesthesiologistas (Coop-anest) saíram otimistas do MPE. "Pelo menos firmaram um início de entendimento e isso garante a não paralisação do serviço nos hospitais públicos da rede estadual de saúde", explica a assessora de comunicação da Cooperativa, Magda Santana. Ainda de acordo com ela, a Fundação Hospitalar da Saúde garantiu o pagamento de 15 em 15 dias dos atrasos dos salários dos anesthesiologistas.



AUDIÊNCIA no MP deu início ao entendimento e à garantia da não paralisação dos serviços nos hospitais

No entanto, a renovação do contrato do Estado com a Cooperativa de Anestesiologistas (Coopanest), que mantém uma parceria de 20 anos com o Governo do Estado, depende da quitação dos débitos e do resultado da próxima audiência pública, a ser realizada quinta-feira. Detalhe: dos 143 anesthesiologistas cooperados, em torno de 80% prestam serviço à FHS.

Na audiência da próxima semana será discutido com o secretário da Fazenda, Jeferson Passos, o pagamento dos atrasados, no total de R\$ 5 milhões, assim como a forma que serão quitadas outras notas já emitidas pela cooperativa à FHS. Só depois disso será discutida a renovação do contrato que vence este mês.

De acordo com o presidente da entidade, Cárccio Sobral Porto, a categoria pretende que o contrato volte aos moldes que era anteriormente. "Pelo contrato antigo, parte dos anesthesiologistas era contratado em regime celetista e outra parte via cooperativa. A Coopanest elaborava as escalas, cobrindo inclusive quando havia algum profissional de atestado médico ou férias", destaca, complementando que "atraso de 80 dias acaba comprometendo o orçamento familiar desses profissionais".

### A secretária

A secretária de Estado da Saúde, Joélia Silva Santos, participou da audiência sobre os débitos da Fundação Hospitalar de Saúde com a Cooperativa dos Anesthesiologistas ontem a convite do Ministério Público Estadual. "Estamos aqui para dar apoio à Fundação Hospitalar de Saúde. O presidente da Coopanest nos procurou para que pudessemos intermediar. No primeiro momento conversamos com doutor Hamilton, que é o diretor geral da FHS, para que, a partir do mês de agosto, ele possa fazer uma programação do recurso extra-folha e fizesse a proposta de parcelamento. A proposta foi feita aos anesthesiologistas na última reunião para pagar a cada quinzena. Essa proposta foi

discutida em assembleia pelos profissionais e aceita", esclareceu a secretária.

Joélia Silva diz que para analisar atrasos e débitos é preciso considerar o aumento constante da demanda pelos serviços do SUS e o subfinanciamento da Saúde Pública em todo o país. Segundo a secretária, o recurso oriundo do Ministério da Saúde por mês do Fundo Nacional de Saúde para o Fundo Estadual é da ordem de R\$ 14 a R\$ 16 milhões. Esse valor é definido entre blocos de financiamento.

"Temos seis blocos onde o maior bloco de recursos é de alta e média complexidade, que não é exclusivamente hospitalar. É hospitalar e ambulatorial. Ele é calculado dentro de um valor per capita preso ainda a uma tabela do SUS com 12 anos de estagnação, onde fazemos uma programação pactuada e integrada entre gestores municipais e estadual definindo quanto deve ser alocado desses recursos em cada município, ou seja, deste recurso ainda temos percentuais que deverão ser alocados para comprar serviços em laboratórios, em clínicas que estão sediadas no território e não pertencem à Fundação", justificou a secretária.

Ainda de acordo com Joélia, o outro bloco de recurso é da Vigilância em Saúde, onde tem dois pisos: Vigilância Epidemiológica e Ambiental, e da Vigilância Sanitária. "Outro recurso que tem é do componente especializado da assistência farmacêutica e os blocos não podem ser misturados. O dinheiro é carimbado e específico para usar em cada bloco", explica, ao

▼ **CATEGORIA ESPERA  
QUE O PROBLEMA SEJA  
SOLUCIONADO NA NOVA  
AUDIÊNCIA MARCADA PARA  
A PRÓXIMA QUINTA-FEIRA, 7**

afirmar que o recurso hoje é insuficiente e é para toda a Saúde.

Ela diz que a Secretaria recebe, ao todo, R\$ 66 milhões para cuidar da Saúde inteira. "É difícil mesmo ofertar todos os serviços com recursos tão limitados e aí considere que o Governo do Estado vem custeando mais de 76% da Saúde Pública em Sergipe porque não há previsão de recurso novo", diz a secretária. Sobre o aumento de recursos, a secretária esclareceu

que novas verbas do Tesouro Estadual somente com aval da Seplag e da Sefaz porque isso envolve arrecadação e dotação orçamentária.

"Tínhamos uma previsão de pedido de adiantamento de R\$ 100 milhões do Ministério da Saúde que resolveria várias situações até que o próprio Estado tivesse seu recurso, mas, infelizmente, o pedido de intervenção federal provocada pelo próprio Ministério Público levou que o Ministério não pudesse fazer a antecipação da receita. Não há mágica. No início do ano de 2013, o Governo do Estado custeava com recursos próprios 72% dos gastos com a Saúde Pública. No último bimestre de 2013, esse índice chegou a 75,72%, segundo o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde, enquanto no primeiro quadrimestre de 2014 as despesas custeadas com recursos próprios do Governo do Estado superaram os 76%, em ações e avanços na prestação de serviço à população. Essa responsabilidade não pode ficar a cargo apenas do Governo do Estado que daqui a pouco vai acabar custeando 100% da Saúde", concluiu Joélia Silva.